

A Era das Revoluções

No final do século XVIII, em um espaço de tempo de pouco mais de vinte anos, a América e a Europa vão observar levantes sem precedentes que batiam diretamente com o regime político vigente do Antigo Regime. A primeira vaga dessa onda revolucionária foi a Independência dos Estados Unidos, concretizada em 1776. A adoção pelos americanos de instituições e princípios de inspiração direta do pensamento iluminista teve repercussões no mundo inteiro, e influenciou fortemente os europeus que em seguida empreendem a Revolução Francesa. Durante o verão de 1789, o absolutismo francês - o mais simbólico para as monarquias europeias, mas que ao mesmo tempo estava já endividado e desacreditado - foi jogado para o ar por uma série de reformas que vão eventualmente desaguar em uma das maiores revoluções já vistas pela humanidade, a Revolução Francesa. Entretanto, foi nas Américas que foram proferidos os primeiros golpes mortais contra o Antigo Regime.

A Independência Americana

Em 1763, a Inglaterra da monarquia temperada acabava de sair de uma de suas mais longas e custosas guerras, a Guerra dos Sete Anos. Mesmo tendo saído vitoriosa, a Grã-Bretanha encontrava-se em uma situação financeira desastrosa por causa dos custos do conflito, e tentou sanar essa situação através de medidas fiscais autoritárias, como a criação de novos impostos e o aumento de taxas já existentes. Na década de 1760, o governo inglês vai aumentar unilateralmente as taxas sobre produtos coloniais, intensificando tensões entre as Treze Colônias e Londres

Os colonos norte-americanos, que reconheciam a autoridade do monarca inglês, mas não possuíam membros representativos no parlamento, tomaram muito mal tais imposições da metrópole. O contrabando explodiu em quantidade pelas Treze Colônias, para o total desgosto da coroa britânica. O debate, nas colônias americanas, se intensificou e se tornou uma marca institucional quando os colonos declararam em seus encontros: *no taxation without representation* (“nenhuma taxação sem representação”). Segundo eles, a aceitação de novos impostos deveria vir junto com a participação nas eleições parlamentares. Londres, entretanto, ignorou os anseios dos seus colonos americanos e aprofundou sua política fiscal autoritária. Em 1773, o Parlamento Inglês decide impor às Treze Colônias uma lei que restringia a compra do chá a um único produto: o chá inglês distribuído pela Companhia das Índias Orientais. Essa medida, amplamente impopular, levou no mesmo ano a chamada *Boston Tea Party*, quando jovens revoltosos americanos invadiram barcos da Cia. das Índias Orientais e jogaram ao mar o carregamento de três deles, vestido de indígenas os jovens colonos se posicionavam a favor da liberdade econômica e contra o autoritarismo fiscal da Coroa com suas colônias. Em resposta, o rei Jorge III manda fechar o porto de Boston, um dos maiores da região, e envia tropas para apaziguar a revolta.

Em setembro de 1774, doze das treze colônias enviam representantes para a cidade de Filadélfia, onde, em congresso, enunciam suas queixas contra as ordens de Londres. Em 1775, é declarada a guerra contra a Inglaterra e os confrontos armados contra as tropas de Jorge III tiveram seu início na chamada Batalha de Lexington. Um ano depois, em 4 de Julho de 1776, todas as treze colônias se reúnem novamente em congresso para votar a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América e nomear George Washington general-comandante das forças revolucionárias. Washington foi escolhido pois as elites coloniais, cientes das diferenças que existiam entre as Treze Colônias, em especial entre as do Sul e as do Norte, necessitavam de alguém que fosse capaz de manter o diálogo entre todas as partes da revolta, impedindo que ela falhasse por brigas internas. George Washington não era considerado um grande estrategista ou líder militar, mas sim um homem capaz de trazer o consenso entre as treze partes que desejavam trabalhar unidas pela independência.

O texto da Declaração de Independência, inspirado claramente nos escritos de John Locke e Montesquieu, assim como nas experiências políticas dos indígenas norte-americanos, em especial os Iroqueses, foi redigido por Thomas Jefferson. Essa declaração retomava os ideais iluministas de liberdade, igualdade e direito natural. A Inglaterra, entretanto, não reconheceu a independência norte-americana. A Guerra de Independência foi árdua. Enquanto os colonos conseguiam segurar mais ou menos bem os territórios interiores de seus Estados, a superioridade naval e material da Inglaterra garantia que a costa e os portos, onde estavam localizadas as mais importantes cidades, ficassem muito mais seguros no controle inglês. Ao mesmo tempo, essa diferença de recursos garantia que, caso a guerra se tornasse uma guerra de atrito, a Inglaterra seguramente venceria com a sua capacidade de controlar os mares sem oposição, já que o recém-formado país não possuía uma marinha de guerra. Entretanto, em 1777, após uma vitória parcial dos colonos sobre forças inglesas na Batalha de Saratoga, o embaixador dos EUA em França, Benjamim Franklin, conseguiu convencer o rei francês Luís XVI a entrar na guerra do lado dos colonos.

A França estava sedenta por uma revanche contra a Inglaterra, para quem tinha perdido muitas de suas possessões coloniais na Guerra dos Sete Anos, e em 1778 o rei francês envia uma frota expedicionária em socorro aos colonos norte-americanos, assim como assegura o apoio da marinha francesa no conflito. Com o apoio da marinha francesa, que garantia a chegada de recursos para os colonos ao mesmo tempo que atrapalhava as linhas de ressuprimento da Inglaterra e das forças em terra, a união franco-americana consegue uma vitória decisiva contra os ingleses em 1781 na Batalha de Yorktown. No mesmo ano, a coroa britânica se vê forçada a capitular e reconhece a independência de sua antiga colônia no Tratado de Paris. Em um só golpe, a Inglaterra perde um quarto de seu território e a sua maior e mais próspera colônia.

Poderosamente fiéis ao princípio republicano e federativo, os diversos estados norte-americanos dotaram-se de instituições próprias antes de reunir seus representantes novamente na Filadélfia, em 1787, para redigir e votar uma Constituição. A Constituição

Norte-Americana foi e ainda é um modelo do princípio da separação dos poderes, e George Washington foi eleito o primeiro presidente dos Estados Unidos em abril de 1789.

A nova república se implantou com ar de democracia, mas essa democracia era extremamente limitada. Primeiro, pois não adotaram o sufrágio universal, limitando o voto aos homens brancos, e a escravidão continuou como prática institucional em vários dos estados que fizeram a independência em nome da liberdade republicana. Mesmo assim, os filósofos e políticos europeus não deixaram de se entusiasmar com a vitória de indivíduos livres contra a arbitrariedade monárquica e mercantil, assim como o nascimento de uma nação que encarnava os ideais filosóficos e políticos do Iluminismo.

Os Estados Unidos após a Independência

Em 1776, os Estados Unidos da América foram o primeiro povo do mundo a se rebelar contra o jugo do Antigo Regime. Discutivelmente, o estado-nação nasceu no continente americano antes de ser exportado para a Europa. A elite americana possuía uma noção de unidade e de história em comum que só foi possibilitada pela proliferação de ideais liberais nas 13 Colônias, e pela ausência de interferência inglesa que permitiu o crescimento não somente de uma classe média como também de uma esfera pública de discurso formada por jornais, escolas e câmaras municipais. Após conquistarem a sua independência, as 13 Colônias iniciam um processo feroz de expansão territorial, baseada na compra de territórios, na colonização das terras a oeste por homens brancos e na repressão violenta e genocida dos povos indígenas que ocupavam os territórios.

A primeira dessas grandes compras acontece em 1803, quando o governo americano compra todo o território oeste das Montanhas Apalache e Leste do Mississippi dos franceses que não conseguiam ocupa-lo efetivamente na chamada Compra de Louisiana. Desde então o “oeste” e a sempre-crescente fronteira dos EUA se tornaram um marco da consciência norte-americana. Em 1823, o presidente americano James Monroe inaugura sua Doutrina Monroe, que pode ser resumida essencialmente no pensamento “A América para os Americanos”. Enquanto os velhos poderes do Antigo Regime lutavam para reconstruir a sua ordem de mundo na Europa e as colônias ibéricas lutavam pela sua liberdade após as conturbações causadas pelas revoluções Americana e Francesa, os EUA perceberam que necessitavam mobilizar-se para evitar renovadas intervenções do velho mundo no continente americano.

Ao mesmo tempo que os americanos definiram a sua política pública de expansão e de isolacionismo perante os velhos poderes, sua consciência vai adotando perspectivas que contribuem para essa expansão. O conceito de “Oeste” no imaginário americano ao longo do século XIX é constantemente mutável e impele os estadunidenses a ocupar cada vez mais o território norte-americano, em detrimento aberto aos povos que já o habitavam. Originalmente, o “Oeste” era aquilo que estava para além dos Apalaches, a fronteira natural que havia definido os limites das 13 Colônias no período colonial; eventualmente, o “Oeste” se tornou tudo aquilo que estava além da Louisiana, comprada dos franceses no início do XIX; nas décadas de 1830 e 1840

o “Oeste” era aquele território antes dominado pelo México, mas que os EUA vão progressivamente tomar de seu vizinho latino através de sucessivas guerras que começam com a introdução do Texas à união em 1836; finalmente, em 1848, se descobrem jazidas riquíssimas de ouro na Califórnia, que se torna o novo e último “Oeste” a ser cobiçado e ocupado pelos americanos.

Essa política de expansão pública e o seu empreendimento só foram possíveis graças a uma compreensão particular do mundo que surgiu nas mentes dos indivíduos estadunidenses. Fortemente influenciados pelo puritanismo religioso desde sua fundação, os americanos desenvolveram um pensamento político-religioso segundo o qual eles seriam o “povo escolhido” e teriam como papel ocupar e civilizar o território a “Oeste” das 13 colônias. Foi o chamado Destino Manifesto, uma ideologia religiosa, política e territorial que pregava não somente a superioridade do americano, como também o seu direito e o seu dever de dominar o território que viria a ser os Estados Unidos da América.